

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE FINANCIAMENTO PÚBLICO AOS PROJETOS DE PESQUISA E AO ENSINO NA RAP, NO PERÍODO DE 2005 A 2009, E NO ENAPG, DE 2004 A 2008

Gabriela Dias da Silva¹, Alexandre Costa Quintana², Débora Gomes Machado³

¹ Universidade Federal do Rio Grande – FURG/Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.
gabrieladias21@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Rio Grande – FURG/Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.
professorquintana@hotmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande – FURG/Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.
debora_furg@yahoo.com.br

Resumo - O financiamento público ao ensino e projetos de pesquisa científica e de inovação tecnológica é de relevante importância para a evolução da educação no Brasil. O presente trabalho situa-se na administração pública e busca verificar a produção científica sobre financiamento público a pesquisa e ao ensino na Revista de Administração Pública – RAP e nos artigos apresentados no Encontro de Administração Pública e Governança – EnAPG. Esse estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliométrica, refere-se a uma pesquisa descritivo-exploratória, documental e de abordagem qualitativa. É proeminente que os pesquisadores conheçam esse assunto e façam parte deste contexto de financiamento público, entendendo os processos de financiamento da educação e de projetos de pesquisa e também das diversas formas de financiamento existente.

Palavras-chave: Financiamento público. Bibliometria. Projetos.

Abstract:

Public funding to education and scientific research projects and technological innovation is relevant to the evolution of education in Brazil. This work falls within the public administration and seeks to verify the scientific literature on public funding for research and teaching in the Revista de Administração Pública – RAP and the papers presented at the meeting of Encontro de Administração Pública e Governança – EnAPG. This study was conducted through a bibliometric survey, refers to a descriptive-exploratory, documentary and qualitative approach. It is prominent that the researchers know that matter and form part of the context of public funding, understanding the processes of education and funding research projects and also the various forms of existing funding.

Keywords: *Public funding. Bibliometrics. Projects.*

1. INTRODUÇÃO

O financiamento público ao ensino e aos projetos de pesquisa científica e de inovação tecnológica é de relevante importância para a evolução da educação no Brasil. Tendo em vista que os recursos das universidades brasileiras destinados a esses projetos são limitados, levando a necessidade de captar recursos para realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão. Algumas fundações e conselhos têm por objetivo incentivar financeiramente a pesquisa, por meio da aprovação de projetos submetidos à avaliação e viabilidade.

Nesse contexto, o recurso destinado a esses projetos deve ser utilizado como incentivo a pesquisadores para aquisição de recursos materiais que viabilizem seus projetos, tais como: maquinários e material bibliográfico, também o custeio desses projetos. Existem algumas entidades que proporcionam bolsas de estudo a estudantes de ensino superior, com a finalidade de formarem profissionais e pesquisadores com alto conhecimento científico e tecnológico em diversas áreas, como é o caso da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Dessa forma, o presente estudo situa-se na administração pública e tem como foco de estudo o financiamento público a projetos de pesquisa, ensino e extensão. Assim como outros trabalhos realizados, busca contribuir para agregar conhecimento científico e despertar o interesse pela realização de projetos de pesquisa de curto e longo prazo.

Diversos estudos vêm sendo realizados no sentido de analisar a pesquisa e a produção científica em contabilidade, convertidos em trabalhos apresentados em congressos e publicados em periódicos nacionais e internacionais, tais como: Theóphilo (2000), Hunton (2002), Howieson (2003), Theóphilo (2004), Prather-Kinsey e Rueschhoff (2004), Passos (2004), Fazan e Costa (2005), Leite Filho (2006), Nascimento, Junqueira e Martins (2006), Carsodo, Pereira e Guerreiro (2007), Espejo *et al.* (2008), Mendonça Neto, Riccio e Sakata (2009) e Espejo *et al.*

(2009), alguns destes classificados como pesquisas bibliométricas.

Segundo Roza, Machado e Quintana (2011) grande parte desses estudos bibliométricos da área contábil, se referem à contabilidade privada. Assim, o presente estudo foca um aspecto específico da área pública, resultando no seguinte problema de pesquisa: Como se caracteriza a produção científica sobre Financiamento Público a Projetos de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico e ao Ensino, na Revista de Administração Pública – RAP, no período de 2005 a 2009, e no Encontro de Administração Pública – RAP, no período de 2004 a 2008?

Considerando o problema de pesquisa proposto, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: a) analisar a quantidade de autores por obra; b) identificar o gênero dos autores; c) verificar a quantidade de artigos publicados/apresentados por cada autor; e d) identificar os enfoques temáticos dados ao assunto proposto.

Uma das contribuições do estudo é o de incentivar a pesquisa sobre o financiamento público do ensino, projetos de pesquisa, formas de prestação de contas das fundações e conselhos que fomentam projetos e também sobre a evidenciação dos resultados obtidos através da pesquisa. Zílio (2004) destaca a relevância da prestação de serviços e o montante de recursos movimentado pelas entidades sociais que financiam, com recursos públicos, o ensino, a pesquisa e a extensão das instituições de ensino superior brasileiras, e a necessidade de gerenciamentos destas entidades, de forma a garantir sua continuidade e ainda possibilitar retorno a sociedade.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A contabilidade, em suas variadas formas, deve ser utilizada como instrumento de informação aos mais diversos usuários. Nesse contexto, surge a necessidade de destacar alguns conceitos e definições indispensáveis, a fim de fundamentar a proposta de trabalho, no que se refere à contabilidade e administração pública dessas entidades, classificadas no denominado terceiro setor da sociedade, uma vez que não objetivam o lucro.

2.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Meirelles citado por Kohama (2006) afirma que administrar é gerir serviços públicos, o que significa não só prestar o serviço, mas também, dirigir, governar e exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil.

Dentro do universo da administração pública, a contabilidade pública tem o um papel fundamental no auxílio a gestão pública, tendo como principais objetivos, de acordo com Lima e Castro (2007) registrar a previsão das receitas e a fixação das despesas constantes nos orçamentos públicos, registrar todos os bens, direitos e obrigações pertencentes ao ente público, escriturar e efetuar o acompanhamento da execução financeira e orçamentária das receitas e despesas, controlar todas as operações financeiras da entidade, apresentar as variações patrimoniais, ressaltando o valor do patrimônio, fornecer informações aos gerentes públicos e a sociedade em geral sobre o desempenho fiscal da entidade e disponibilizar informações que auxiliem a medir o desempenho de estruturas e programas de governo.

Conforme Jund (2006), por gestão na Administração Pública compreende-se o conjunto de ações que tenham por finalidade a movimentação do patrimônio público ao longo do exercício financeiro, observando e cumprindo o plano de ação anualmente definido por meio de um orçamento.

Segundo Slomski (2008, p. 358), “por conta do aumento dos serviços públicos, faz-se necessária a ampliação do quadro de servidores públicos e, conseqüentemente, a criação de espaços públicos próprios para o oferecimento de tais serviços à sociedade”.

Depois de passar por várias reformas conceituais e de objetivos, a administração pública assume a partir do final da última década um modelo de gestão pública denominada administração pública gerencial, na qual as entidades passam a existir com um propósito social, de atendimento as necessidades da sociedade. (SLOMSKI, 2008).

No contexto desse trabalho, percebe-se a necessidade de a entidade ser bem administrada, a fim de racionalizar a utilização dos recursos públicos disponibilizados, para que esses sejam capazes de fomentar a educação e o ensino,

fornecendo um serviço de qualidade e transparência.

2.2. ORÇAMENTO PÚBLICO

O Governo utiliza técnicas de planejamento e programação de ações uma vez que tem como uma das principais funções o melhor nível dinâmico e o bem estar da coletividade. Na elaboração do orçamento, o Estado deve escolher as ações prioritárias e buscar compatibilizar com os recursos disponíveis para colocá-las em execução.

Segundo Jund (2006) entende-se que a etapa mais relevante do processo orçamentário constitui-se na fase do planejamento, na qual são obtidos, identificados e revisados os dados econômicos necessários ao estudo de viabilidade para definição de diretrizes, macro objetivos e programas que irão servir para fundamentar os instrumentos de orçamento.

O orçamento público é uma lei de iniciativa do poder executivo que estabelece as políticas públicas para o exercício a que se referir, terá como base o plano plurianual e será elaborado respeitando-se a lei de diretrizes orçamentárias aprovadas pelo poder legislativo, e seu conteúdo básico será a estimativa da receita e autorização (fixação) da despesa, e será aberto em forma de partidas dobradas em seu aspecto contábil. (SLOMSKI, 2008).

Com base no Plano Plurianual o poder executivo elabora o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando esse projeto para o poder legislativo que o apreciará e o devolverá ao poder executivo, para que seja assim elaborada a Lei do Orçamento para o exercício seguinte.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e as prioridades da administração pública federal, estadual e municipal, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

O orçamento anual, segundo Quintana *et al.* (2011), existe para viabilizar o alcance aos objetivos e metas propostos pelo Plano Plurianual, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, servindo também para autoriza as despesas do ente governamental, de acordo com a previsão de arrecadação.

Para que o orçamento seja a expressão fiel do programa de um governo e considerando também como um elemento para a solução dos problemas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social dessa, é indispensável que obedeça a alguns princípios, sendo que se destacam alguns que são utilizados com mais freqüência nos processos orçamentários, devido à fidedignidade que oferecem por caracterizarem o orçamento. De acordo com Kohama (2006) são:

- Programação: o orçamento deve ter o conteúdo e a forma de programação.
- Unidade: deve haver uma única política orçamentária estruturada e com um método único.
- Universalidade: o documento orçamentário deve conter todos os aspectos dos elementos programáveis que o constituem.
- Anuidade: o período de um ano para o orçamento é o que melhor atende a concretização de objetivos sociais e econômicos.
- Exclusividade: devem conter no orçamento, exclusivamente, normas e assuntos que sejam referentes à previsão da receita e fixação da despesa.
- Clareza: quanto maior for a clareza que se refletir no orçamento, sua utilização e difusão será mais abrangente.
- Equilíbrio: deve haver equilíbrio, do ponto de vista financeiro, entre os valores previstos para a receita e para a fixação da despesa.

Embora o orçamento seja realizado anualmente, não pode ser preparado isoladamente, ou seja, sem utilizar informações de exercícios passados, uma vez que sofre influências incondicionais do período que o precedeu, assim como constitui uma base informativa para os exercícios futuros. (KOHAMA, 2006)

Nos países em desenvolvimento, os recursos financeiros gerados pelo governo são escassos se for analisado o conjunto de necessidades coletivas. Visto que a educação e o ensino não provêm de recursos suficientes, algumas agências, conselhos e até mesmo empresas privadas acabam financiando projetos de pesquisa e o acesso ao ensino superior.

2.3. 2.3 FINANCIAMENTO PÚBLICO

De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT (2011), a existência de mecanismos apropriados ao financiamento de ações e políticas é fundamental para o bom andamento de uma política nacional de investimento em Ciência e Tecnologia; sendo importante, que os agentes e instituições atuantes no sistema saibam como e quando acessar tais mecanismos, viabilizando financeiramente seus projetos e ações, e por consequência a pesquisa no Brasil.

As fontes de apoio à pesquisa científica podem provir de entidades nacionais e internacionais para atender programas e projetos de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação. Conforme o Ministério da Ciência e Tecnologia (2011) pode-se delimitar algumas fontes, como:

- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; composto por Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia - C&T, foi instituído para garantir a ampliação e a estabilidade do financiamento para a área e, ao mesmo tempo para criar um novo modelo de gestão, fundado na participação de vários segmentos sociais, no estabelecimento de estratégias de longo prazo, na definição de prioridades e com foco nos resultados;
- Subvenção Econômica: instituída no Brasil a partir de 2004, com o objetivo de ampliar as atividades de inovação e incrementar a competitividade das empresas e da economia do País;
- Fontes Nacionais: são derivadas das Agências, Fundações e Fundos de Fomento que apoiam programas e projetos de C&T no país;
- Fontes Internacionais: refere-se ao financiamento externo - Fundos de Financiamento, Organismos e Agências Internacionais e;
- Linhas de Crédito: oferecidas por bancos oficiais ou privados, agências de fomento e organismos internacionais para projetos de desenvolvimento científico e tecnológico e para a importação de equipamentos técnico-científicos.

De uma forma mais específica tratando do financiamento público as pesquisas desenvolvidas no ensino superior pode-se destacar o que a Constituição

Federal (1988), em seu art. 212, descreve "a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino". Esse dispositivo legal é um primeiro instrumento de financiamento público formal, apesar de que esses recursos são destinados essencialmente para o custeio da educação, nem sempre sendo suficiente para atender as necessidades do ensino superior e em especial a pesquisa.

Segundo Schwartzman (2011), já no ano de 2002, o Brasil contava com 1.637 instituições de ensino superior, divididas entre universidades, faculdades integradas, centros universitários e escolas isoladas. Ao todo, abrigavam 3,48 milhões de alunos de graduação, cerca de 100 mil alunos de mestrado e doutorado, 50 mil alunos de 1º e 2º graus e um número não bem determinado de alunos de vários tipos de cursos de extensão.

A maior parte dos alunos de graduação (70%) está matriculada em estabelecimentos privados, a metade em instituições particulares e a outra metade em instituições filantrópicas, comunitárias e confessionais. Esse número vem crescendo, atualmente, conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2011), o censo da educação superior de 2009 registra 2.314 instituições de educação superior — 245 públicas e 2.069 particulares, resultando em 5.954.021 estudantes matriculados, em 28.671 cursos de graduação presencial e a distância.

Neste sentido, o Ministério de Educação torna-se um importante financiador público das Instituições Federais de Ensino Superior; mas não é o único, segundo Schwartzman (2011), desde a década de 60, os cursos de pós-graduação assim como as atividades de pesquisa contavam com recursos de outras agências governamentais, tais como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, além de Fundações de Apoio à Pesquisa que foram sendo criadas pelos estados. Esses órgãos governamentais financiam cursos de pós-graduação, por meio de bolsas de manutenção para seus alunos e recursos para seu funcionamento, treinamento no país e no exterior para

professores, auxílio à pesquisa, bolsas de pesquisa para professores/pesquisadores e apoio institucional. Assim, apesar da concentração de um maior volume de recursos no Ministério da Educação para o financiamento do ensino superior, essas agências tem forte contribuição ao financiamento, principalmente da pesquisa.

Conforme Corbucci (2004), outra questão que integra a discussão acerca do financiamento da educação superior no Brasil é a que trata da viabilidade da autonomia financeira das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, pois estas teriam potencial de geração de recursos próprios em substituição àqueles tradicionalmente aportados pelo Estado. As Instituições de Ensino Superior - IES públicas têm buscado diversas alternativas de captação de recursos como forma de complementar o orçamento do Tesouro. A prestação de serviços, a comercialização de bens e os projetos de cooperação têm sido formas bastante utilizadas por essas instituições na geração de receitas. Apesar de o autofinanciamento estar sendo praticado em todo o país, esse instrumento é alvo de críticas frequentes, sob o argumento da privatização do ensino superior. Por outro lado, existe a defesa que os recursos próprios são importantes fontes alternativas de financiamento para garantir não somente educação superior pública, mas a manutenção da pesquisa científica.

Mancebo (2004) indica que o governo por muito tempo defende a idéia de criação de um fundo para o financiamento das instituições federais, composto de duas partes: uma de recursos garantidos e repassados automaticamente para as instituições federais para garantir o funcionamento normal e outra seria liberada depois de negociações entre o Ministério da Educação e Cultura - MEC e as universidades para projetos de expansão de cursos, ou seja, os Planos de Desenvolvimento Institucionais - PDIs seriam financiados somente quando tivessem uma “adequada” política de expansão e um aumento da oferta de vagas.

Entre essas formas de financiamento destaca-se o projeto REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído em 2007, conforme MEC (2011), que buscava ampliar o acesso e a permanência na educação superior, com a meta de dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. O projeto REUNI, conforme o Ministério da Educação, previu a ampliação da oferta de educação superior pública, a reestruturação acadêmico-curricular, renovação pedagógica da educação superior,

mobilidade intra e inter-institucional, compromisso social da instituição e suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação.

Por outro lado, segundo Corbucci (2004), o problema do financiamento da educação brasileira não reside, unicamente, no fato de o gasto com a educação superior ser expressivo, e sim em que os investimentos na educação básica são insuficientes, limitando a utilização dos recursos. Esse fato gerou, por muito tempo, um forte crescimento da participação do setor privado no financiamento da educação superior brasileira, em função da ausência do Estado; à medida que este passou a reduzir os investimentos necessários não só à expansão do sistema como também à manutenção dos padrões de qualidade e excelência das IFES.

Neste sentido as instituições privadas e filantrópicas, também buscam financiamento para a pesquisa, mas no caso destas entidades sem fins lucrativos, estas não se mantêm por si mesmas, elas captam recursos para a sua constituição e para o desenvolvimento de suas atividades. Essa captação se dá por meio de doações, subvenções ou contribuições, com a finalidade de alcançar lucros sociais e desenvolvimento social.

A Lei 9.394/96, em seu caput, determina que educação no Brasil é dever da família e do Estado, podendo ser realizada pela coexistência de instituições públicas e privadas. Já em seu artigo 53, define que as universidades, no exercício de sua autonomia poderão firmar contratos, acordos e convênios bem como receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Assim, conforme Zilio (2004), as entidades privadas sem fins lucrativos do ensino superior, também captam recursos por financiamento, utilizando as seguintes fontes:

- O governo: alguns ministérios possuem recursos orçamentários ou administram fundos federais para realização de parcerias e convênios com essas organizações;
- Organizações internacionais: aparecem como uma das principais fontes de financiamento. No entanto, atualmente estão mais exigentes e estão adotando novos critérios de avaliação de financiamentos;

- Fundações nacionais: geralmente estão ligadas a grandes empresas e tendem a ser mais “assistencialistas” e;
- Indivíduos que compõe a sociedade e auxiliam na manutenção dessas organizações.

Em relação à pesquisa científica no Brasil, há entidades ligadas ao governo e também algumas entidades privadas, as quais realizam editais com a possibilidade de emissão de propostas para realização de projetos sociais e científicos. Assim, por meio da aprovação desses projetos, são liberados recursos para fomentar esses estudos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O delineamento metodológico deste estudo se apresenta da seguinte forma: como uma pesquisa descritivo-exploratória, documental, bibliométrica e de cunho qualitativo. Quanto aos objetivos, a pesquisa é considerada descritivo-exploratória. Segundo Gil (1999) a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecer relações entre as variáveis. De acordo com Raupp e Beuren (2009) a pesquisa exploratória tem por finalidade buscar conhecer com maior profundidade um assunto sobre o qual há pouco conhecimento.

Com relação aos procedimentos adotados, a pesquisa é documental, uma vez que foram analisados os artigos publicados na Revista de Administração Pública – RAP, no período de 2005 a 2009, e os artigos apresentados no Encontro de Administração Pública e Governança – EnAPG, no período de 2004 a 2008. Para Raupp e Beuren (2009, p. 89) “esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor”.

Complementando sentido da utilização da pesquisa exploratória, propôs-se a realização de um estudo bibliométrico, com a finalidade de caracterizar a produção científica sobre Financiamento Público, observando os principais enfoques que estão sendo dados as pesquisas realizadas sobre a temática, também para viabilizar sugestões de estudos futuros para temas pouco explorados.

Segundo Araújo (2006), a bibliometria, entre suas funções, possibilita, analisar as publicações científicas, identificando e descrevendo uma série de padrões na produção do conhecimento científico. Com as informações obtidas pode-se perceber: autores mais produtivos, fator de impacto dos autores, procedência geográfica e/ou institucional dos autores, tipo de documento mais utilizado, periódicos mais citados, entre outras informações.

Quanto à abordagem do problema, o presente trabalho tem caráter qualitativo, uma vez que busca caracterizar a produção científica dessas duas fontes de dados. Assim, de acordo com Oliveira *et al.* (2003, p. 88) “os resultados desse procedimento não podem ser generalizados para toda a população, pois sua validade se resume ao contexto específico que foi pesquisado”.

O total de trabalhos analisados resultou em 429 artigos apresentados no Encontro de Administração Pública e Governança e 267 artigos publicados na Revista de Administração Pública. Com base nesta população, definiu-se a seleção da amostra do estudo. Utilizou-se para atingir essa finalidade, a técnica de amostragem não-probabilística intencional, ou seja, a amostra foi definida propositalmente, a fim de assegurar a representatividade dos dados. Conforme Cooper e Schindler, (2003, p.172) a amostragem não-probabilística intencional é uma amostragem por julgamento definida considerando o interesse do pesquisador em estudar apenas os tipos de sujeitos selecionados.

A seleção da amostra teve o auxílio das ferramentas de busca disponíveis nos CD-ROMs dos anais do EnAPG e no *site* da RAP, exceto os anos de 2005 da RAP, visto que não estava disponível essa opção, portanto os artigos foram selecionados, mediante análise do título, resumo e palavras-chave do artigo. O levantamento de dados foi feito tendo como direcionador a seleção de artigos que apresentem o tema financiamento público vinculado às expressões projetos de pesquisa e ensino (ou sinônimos), e resultou em 15 artigos para análise.

A coleta de dados foi documental, dado que os objetos do estudo são artigos científicos. O tratamento dos dados se realizou por meio de análise de conteúdo, após a coleta os artigos passaram por uma análise e categorização, conforme os preceitos de Bardin (1977).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com a finalidade de alcançar os objetivos desse trabalho, caracteriza-se nessa seção a produção de artigos científicos da Revista de Administração Pública – RAP, no período de 2005 a 2009 e dos artigos apresentados no Encontro de Administração Pública e Governança – EnAPG, no período de 2004 a 2008. A identificação deu-se por meio do estudo bibliométrico realizado. A apresentação e análise dos dados são descritas a seguir.

Foram identificados 15 artigos sobre financiamento público no que se refere a projetos de pesquisa e ensino, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de artigos analisados

Artigos	Total	%
População	696	100,00
EnAPG	429	61,64
RAP	267	38,36
Amostra	15	2,16
EnAPG	8	1,15
RAP	7	1,01

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme demonstrado na Tabela 1, os artigos analisados, 15, representam 2,16% do total de 696 artigos publicados, esse quantitativo demonstra como se apresenta escassa a produção científica desta temática, no período de 5 anos. Zílio (2004) atribui a escassez de publicações sobre financiamento público ao fato das entidades sociais, tais como universidades não objetivarem o lucro, assim não há grande busca pela pesquisa a respeito de sua gestão, principalmente a financeira.

A pesquisa de Fazan e Costa (2005) demonstrou que pesquisas na área de custos tiveram, em média, 1% em cada tema. Semelhante aos resultados desta pesquisa que demonstra que 2% é um índice representativo de que o tema é pouco explorado.

Para melhor identificar os artigos relativos ao financiamento público apresentados no Encontro de Administração Pública e Governança ou publicados na

Revista de Administração Pública, o Quadro 1, descreve o título dos referidos artigos.

Nº	Título	EnAPG	RAP
1	Um enfoque sobre a Lei de Inovação Tecnológica do Brasil		X
2	Desafios das parcerias público-privadas (PPPs)		X
3	A busca de um novo modelo de gestão para a ciência, tecnologia e inovação na política do MCT (1995-2002)		X
4	Metodologia para gerenciar projetos de pesquisa e desenvolvimento com foco em produtos: uma proposta		X
5	Pesquisa e produção científica em economia da saúde no Brasil		X
6	Investimento público em educação fundamental e a qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef		X
7	Impactos do Fundeb sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro		X
8	Compreendendo a Gênese de um Programa Governamental no Setor de C&T Agrícola	X	
9	O Conflito entre Política Econômica e Política Social à luz do Financiamento da Educação no Brasil	X	
10	Desenvolvimento Sustentável e Projetos de Desenvolvimento: Análise Comparativa dos Métodos de Avaliação Econômica de Projetos.	X	
11	A Dimensão Financeira do Sistema de Inovação Brasileiro	X	
12	Os Dilemas das Parcerias Público-Privadas no Brasil	X	
13	Políticas Públicas de Proteção à Propriedade Intelectual no BRASIL	X	
1	Política de Inovação Tecnológica no Brasil: Uma Análise da Gestão	X	

4	Orçamentária e Financeira dos Fundos Setoriais		
1 5	Taxas de Retorno, Custos e Investimentos em Educação no Brasil e na América Latina	X	

Quadro 1 – Artigos analisados.

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme se observa no Quadro 1, houve 7 publicações, referente ao assunto de pesquisa, na Revista de Administração Pública – RAP (2005-2009) e 8 apresentações de artigos no Encontro de Administração Pública e Governança – EnAPG (2004-2008), totalizando os 15 artigos selecionados na amostra. A quantidade de publicação é pouco expressiva, considerando que neste período foram apresentados 429 artigos no EnAPG e publicados 267 artigos na RAP.

Percebe-se pela visualização do Quadro 1 que os temas que permeiam as pesquisas em financiamentos públicos abrangem diversos temas, dentre esses o tema que teve mais artigos foi o de inovação tecnológica com 3 trabalhos, em segundo lugar, com 2 trabalhos as parcerias público-privadas, a ciência, tecnologia e inovação, e por fim os demais temas com 1 trabalho apenas cada um: desenvolvimento de produtos, economia da saúde, desenvolvimento sustentável e propriedade intelectual.

A Tabela 2 apresenta a quantidade de autores por artigo, buscando responder ao primeiro objetivo específico desta pesquisa.

Em relação à quantidade de autores por assunto, foi possível observar que 6,67% dos artigos tem 9 autores, isso equivale a um artigo no montante de 15 artigos no total da amostra. Da mesma forma, somente 1 artigo possui 6 autores. Pode-se observar também que 2 artigos possuem 5 autores, o que representa 13,33% da amostra.

Na tabela 2 é possível verificar que grande parte da produção de artigos apresentados do EnAPG e publicados na RAP referente ao financiamento público na pesquisa e no ensino, possui um número pouco elevado de autores, quando 40% da amostra, o que equivale a 6 artigos, possuem 2 autores e 33% do total de artigos pesquisados possuem apenas 1 autor.

Tabela 2 – Quantidade de autores por artigo

Quantidade de autores	Quantidade de artigos	%
1 autor	5	33,33
2 autores	6	40,00
3 autores	-	-
4 autores	-	-
5 autores	2	13,33
6 autores	1	6,67
7 autores	-	-
8 autores	-	-
9 autores	1	6,67
Total	15	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Comparativamente a pesquisa de Espejo *et al.* (2008), que apresentou uma média de 2,16 autores por artigo, na análise de 538 trabalhos, esta pesquisa apresentou uma média de 2,67 autores por artigo na análise de 15 trabalhos, não demonstrando uma discrepância relevante. Na pesquisa desses autores a quantidade máxima foi de seis autores e nesta pesquisa foi de 9 autores.

Na tabela 3, a seguir, estão discriminados os autores e o número de publicações de cada autor.

Tabela 3 – Quantidade de publicações por autor

Nome dos Autores	Quantidade de artigos
Álvaro Martim Gudes Savi	1
Antonio Teodoro Ribeiro Guimarães	1
Ana Elisa Périco	1

Andréia Azevedo Pinheiro	1
Ana Paula Brum Pizarro	1
Antônio Carlos Siani	1
Augusto Afonso Guerra Júnior	1
Alexandre Veronese	1
Breno de Paula Andrade Cruz	1
Bruno Cesar Campos	2
Cristiane Machado Quental	1
Daniel Arias Vazquez	1
Daisy Aparecida do Nascimento Rebelatto	1
Daniele Araújo Campos Szuster	1
Daniel Resende Faleiros	1
Elisa Yoshie Ichikawa	1
Erika Monteiro de Souza e	1
Eli lola Gurgel Andrade	1
Francisco Alberto Severo de Almeida,	1
Fabio Alvim Klein	1
Francisco de Assis Acúrcio,	1
Grazzielle Dias da Silva	1
Hugo Vocurca Teixeira	1
Isak Kruglianskas	2
Jislaine de Fátima Guilhermino	1
José Geraldo Pereira Barbosa	1
José Matias Pereira	2
Luiz Martins de Melo	1

Lucy Woellner dos Santos	1
Marcelo Foresti de Matheus Cota	1
Maria das Graças Muller de Oliveira Henriques	1
Mariangela Leal Cherchiglia	1
Priscilla Borgonhoni	1
Raimundo Eduardo Silveira Fontenele	1
Roberto Sbragia	1
Rogério Sobreira	1
Soraya Almeida Belisário	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 3 é possível verificar que 37 do total de 40 autores, possuem apenas uma publicação referente a financiamento público na Revista de Administração Pública – RAP no período de 2005 a 2009 e nos artigos apresentados no Encontro de Administração Pública e Governança - EnAPG do período de 2004 a 2008. Apenas 3 autores possuem mais de uma publicação na RAP e no EnAPG do período analisado. Esse quantitativo não permite definir quais autores possuem essa temática como linha de pesquisa em seus trabalhos acadêmicos.

A Tabela 4 revela o gênero dos autores dos artigos estudados nesta pesquisa.

Tabela 4 – Gêneros dos autores

Total de Autores	Feminino	Masculino
37	16	21
Total em %	43,24	56,76

Fonte: Dados da pesquisa.

Existe uma harmonização quanto ao gênero dos autores, havendo

predominância do sexo masculino, que corresponde a 56,76% dos autores, e o restante, 43,24 % do sexo feminino. O estudo de Leite Filho (2006) também constatou essa predominância, embora com uma incidência maior de autores do sexo masculino, 70,8%.

Analisando, de forma geral, os resultados obtidos em cada estudo, e utilizando como base de análise apenas os artigos publicados na Revista de Administração Pública, servindo como instrumento para identificar algumas contribuições para o estudo do financiamento público apresenta-se o quadro 2, as principais conclusões obtidas nos estudos selecionados.

Nº	Título	Conclusões
1	Um enfoque sobre a Lei de Inovação Tecnológica do Brasil	Com base na avaliação da experiência de alguns países bem-sucedidos na implementação de políticas industriais e tecnológicas, ficou evidenciado que a aprovação e a regulamentação da lei de inovação, apesar de suas deficiências, representa um ponto importante para fomentar a construção de um modelo de desenvolvimento tecnológico autônomo no Brasil
2	Desafios das parcerias público-privadas (PPPs)	A partir da análise do atual projeto de lei que institui as parcerias público-privadas (PPPs). Foram tratadas questões como a reforma do Estado e identificadas algumas modalidades de contratos entre administração pública e iniciativa privada, com maior ênfase nas PPPs. Por fim, pontuam-se as principais semelhanças entre os contratos de PPPs nos diferentes países, assim como os mais relevantes impactos econômico-sociais desses contratos no Brasil
3	A busca de um novo modelo de gestão para a ciência, tecnologia e inovação na política do MCT (1995-2002)	Conclui que, ao mesmo tempo que o setor está burocratizado, a sociedade brasileira também segue o percurso de sua burocratização. E, assim, mostra que, por esse processo de burocratização da sociedade não ter sido identificado no traçado das políticas setoriais do MCT, o ministério apostou numa proposta de desregulamentação que, provavelmente, não dará

		conta da necessidade de novos formatos na política de gestão para as suas unidades de pesquisa.
4	Metodologia para gerenciar projetos de pesquisa e desenvolvimento com foco em produtos: uma proposta	Este artigo propõe uma metodologia de gestão de projetos de P&D, que se baseia no direcionamento dos projetos de pesquisa para a obtenção de produtos, e considera suas características multidisciplinares e interdisciplinares e a incerteza inerentes a esse processo. Essa metodologia foi desenvolvida no Instituto de Tecnologia de Fármacos da Fiocruz e é proposta como um modelo original para instituições semelhantes.
5	Pesquisa e produção científica em economia da saúde no Brasil	Dos grupos de pesquisa com trabalhos relacionados às áreas temáticas em ES, 48 apresentam ampla diversidade de atuação e concentram-se na região Sudeste do país. Apenas 14% (376) das 2.617 publicações avaliadas se relacionam à ES. A maioria dos estudos foi publicada em 2002 e apresenta como principais temas: gestão, financiamento, eficiência alocativa e equidade na distribuição de recursos de saúde. A análise permite identificar aspectos importantes para compreender o desenvolvimento do campo da ES no Brasil, entre 1999 e 2004.
6	Investimento público em educação fundamental e a qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef	Os resultados apontam a importância do aporte financeiro e da qualificação do magistério para o aperfeiçoamento da qualidade da educação pública.
7	Impactos do Fundeb sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro	A partir de um exercício estatístico desenvolvido para os municípios do estado do Rio de Janeiro, mostrou-se que o Fundeb não garante um maior aporte de recursos para os municípios mais atrasados do ponto de vista educacional. Ademais, argumenta-se que o direcionamento de recursos é condição necessária, porém não suficiente, para se melhorar a educação pública brasileira. A boa aplicação das receitas do fundo é fundamental para o êxito do mesmo.

Quadro 2 – Principais conclusões geradas nos artigos analisados da RAP.

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que nas conclusões apontadas no Quadro 2, a questão do financiamento é muito dispersa, pois os poucos estudos que focaram o tema tratam de inúmeros pontos relacionados a financiamento, desde a lei de inovação tecnológica, até o financiamento do ensino básica, passando pelas fontes privadas, pela elaboração de modelos de gestão de projetos e pela desregulamentação das ações do Ministério de Ciência e Tecnologia em relação a pesquisa. Assim, talvez um foco importante de pesquisa a ser explorado seja efetivamente a análise e busca das melhores formas de financiar a pesquisa científica e o ensino, estudando as principais alternativas e como estas estão ao alcance dos interessados. Salienta-se que não se tem por objetivo nessa pesquisa generalizar resultados, porém, na amostra foi possível perceber que o assunto proposto para estudo é pouco pesquisado, sendo o montante de 15 artigos encontrados, um número insignificante no total de artigos publicados na RAP no período de 2005 a 2009 e no EnAPG no período de 2004 a 2008, e que não abordam a questão do financiamento, sob a direção de atender as necessidades dos pesquisadores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caracterização da produção científica sobre Financiamento Público a Projetos de Pesquisa Científica e ao Ensino, na Revista de Administração Pública – RAP no período de 2005 a 2009 e nos artigos apresentados no Encontro de Administração Pública e Governança - EnAPG do período de 2004 a 2008, permitiu verificar como o tema em estudo esta sendo tratado ao longo do período analisado e ainda mensurar a produção científica, com base nos objetivos específicos propostos.

Quanto aos resultados alcançados por meio da pesquisa bibliométrica, no que tange a quantidade de publicações referentes ao tema proposto nesse artigo, é possível perceber que ele ainda é pouco explorado pelos pesquisadores e acadêmicos.

No que tange ao enfoque temático dado as pesquisas, 11 artigos tratam do Financiamento Público de Pesquisas Científicas e Desenvolvimento Tecnológico e somente quatro artigos tiveram como enfoque o Financiamento Público do Ensino;

sendo, possível perceber durante esta pesquisa que o assunto não contém um número de expressivo de publicações, porém existem vários enfoques que podem ser dados para futuras pesquisas.

Sugere-se que sejam realizadas outras pesquisas sobre o assunto e até mesmo que sejam utilizadas outras bases de dados a fim de verificar a quantidade de publicações e os principais temas abordados. Os pesquisadores devem buscar conhecer mais esse assunto, para que entendam os processos de financiamento da educação e de projetos de pesquisa e também conheçam formas de financiar possíveis pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 03 ago. 2010.

CARDOSO, R. L. PEREIRA, C. A., GUERREIRO, R. Perfil das Pesquisas em Contabilidade de Custos Apresentadas no ENANPAD. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, p. 177-198, jul/set, 2007.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil; da deserção do estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, Especial - Out. 2004.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do estado ao projeto de reforma. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, especial,

out., 2004.

ESPEJO, M. M. S. B *et al.*. Estado da Arte da Pesquisa Contábil: Um estudo bibliométrico de periódicos nacional e internacionalmente veiculados entre 2003 e 2007. In: Encontro da ANPAD, XXXII, 2008. Rio de Janeiro. **Anais...** ANPAD: Rio de Janeiro, 2008. CD ROM.

ESPEJO, M. M. S. B. *et al.*. Campo de Pesquisa em Contabilidade: uma análise de redes sob a perspectiva institucional. In: Congresso IAAER-ANPCONT, III, 2009. São Paulo, **Anais...** ANPCONT: São Paulo, 2009. CD-ROOM.

FAZAN, E.; COSTA, J. C. D.. A contabilidade, a pesquisa de custos e o contexto brasileiro: uma abordagem sobre a realização de pesquisas de custos e o desenvolvimento político e econômico dos anos 70 ao início do século XXI. In: Congresso Internacional de Custos, IX, 2005. Florianópolis. **Anais...** ABCustos: Florianópolis, 2005. CD ROM.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOWIESON, B.. *Accounting Practice in the new millennium: is accounting education ready to meet the challenge?*. **The British Accounting Review**, v. 35, p. 69-103, 2003.

HUNTON, J. E. *Blending Information and Communication Technology with Accounting Research*. **Accounting Horizons**, v. 16, n. 1, mar, p. 55-67, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp> Acesso em 23 abr. 2011.

JUND, Sérgio. **Administração, orçamento e contabilidade pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas 2006.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro. Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6, São Paulo, 2006. **Anais...** USP: São Paulo, 2006.

LIMA, Diana Vaz de, CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. 3. ed. São Paulo: Atlas,

2007.

MANCEBO, Deise. **Reforma universitária**: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 845-866, Especial - Out. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n88/a10v2588.pdf>> . Acesso em 19 abr 2011.

MANCEBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 845-866, especial, out., 2004.

MENDONÇA NETO, O. R.; RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G.. Dez Anos de Pesquisa Contábil no Brasil: Análise dos Trabalhos Apresentados nos EnANPADs de 1996 a 2005. **Revista de Administração e Economia**, v. 49, n. 1, p. 62-73, jan/mar, 2009.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT. Fontes de financiamento. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/724.html?execview=> Acesso em: 20 abr. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085 Acesso em: 20 abr. 2011.

NASCIMENTO, A. R.; JUNQUEIRA, E., MARTINS, G. A.. Análise Epistemológica da Produção Científica em Contabilidade Gerencial no Brasil. In: Encontro da ANPAD, XXXIII, 2009. São Paulo. **Anais**. ANPAD: São Paulo, 2009. CD ROM.

OLIVEIRA, Antonio Benedito da Silva *et al.* **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PASSOS, I. C.. **A interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa contábil**: um estudo do município de São Paulo. 2004. 164 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PRATHER-KINSEY, J. J.; RUESCHHOFF, N. G. *An Analysis of International Accounting Research in U.S. – and Non-U.S.-Based academic Accounting journals*. **Journal of International Accounting Research**, v. 3, n. 1, p. 63-81, 2004.

QUINTANA, Alexandre Costa; MACHADO, Daiane Pias; QUARESMA, Jozi Cristiane da Costa; MENDES, Roselaine da Cruz. **Contabilidade Pública**: de acordo com

as novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Atlas, 2011.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M.. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN; I. M. (coord.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROZA, Mariana Costa da; MACHADO, Débora Gomes; QUINTANA, Alexandre Costa. Análise Bibliométrica da Produção Científica sobre Contabilidade Pública no Encontro de Administração Pública e Governança - ENAPG e na Revista de Administração Pública - RAP, no período de 2004 a 2009. In: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 4, 2011, Florianópolis. **Anais...** UFSC: Florianópolis, 2011.

SCHWARTZMAN, Jacques. **O financiamento das instituições de ensino superior no Brasil**. Disponível em <http://www.iea.usp.br/observatorios/educacao> Acesso em 23 abr 2011.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal**. 2. ed. São Paulo: Atlas: 2003.

THEÓPHILO, C. R.. **Pesquisa em contabilidade no Brasil: uma análise crítico-epistemológica**. 2004. 212 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

THEÓPHILO, C. R.. **Uma abordagem epistemológica da pesquisa em contabilidade**. 2000. 131 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ZILIO, Annelise da Cruz Serafim. **Financiamento em Instituições de Ensino Superior Públicas Municipais e Comunitárias de Santa Catarina**. Florianópolis, 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.